

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005052-86.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel**  
 Requerente: **Maria Helena Angelucci Amorim**  
 Requerido: **Auster Albert Canova e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

**MARIA HELENA ANGELUCCI AMORIM** ajuizou ação de despejo por falta de pagamento c.c. cobrança dos aluguéis e encargos locatícios em face de **AUSTER ALBERT CANOVA** (locatário) e **DORIVAL VALENTIM CANOVA e NILVA HELENA DE SOUSA CANOVA** (fiadores), pedindo a decretação do despejo dos réus do imóvel situado na Avenida Teixeira de Barros, nº 1212, Vila Prado, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis e encargos da locação, somando R\$ 1.529,24, cujo pagamento também almeja a condenação, com as obrigações que se vencerem no curso do processo.

Citados, os réus não contestaram o pedido.

Manifestou-se a autora pela aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.****Fundamento e decidido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela autora (Código de Processo Civil, artigo 319), notadamente a existência de relação locatícia e a inadimplência, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido. Ademais, tal relação está comprovada documentalmente.

Diante do exposto, acolho o pedido e decreto o despejo dos réus do prédio locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntária. Outrossim, condeno os réus ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação, vencidos até a data do ajuizamento e somando R\$ 1.529,24, além daqueles que se venceram posteriormente, até a efetiva desocupação do prédio, com correção monetária, juros moratórios, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 20% do valor da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 24 de julho de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**